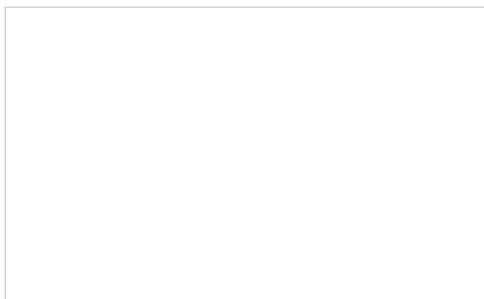


27/04/2016 11:06 - Agricultores que ocupam antigo Seringal Castanheira podem ser despejados

Foto: José Hilde/Decom ALE-RO/Divulgação



O deputado Adelino Follador (DEM) durante pronunciamento em sessão plenária desta terça-feira (26) discorreu sobre o drama vivenciado por aproximadamente 380 famílias, que agora, após vinte anos de ocupação da antiga área denominada de Seringal Castanheira em Candeias do Jamari, encontram-se ameaçados de despejo, por força de decisão judicial.

De acordo com o deputado a área é gigantesca e envolve 25 mil hectares, e que somente agora foi reclamada a sua posse, por parte de um suposto proprietário, que requereu reintegração na Justiça Estadual. Ainda de acordo com o deputado, por anos estas pessoas lá se encontravam trabalhando pacificamente, e ninguém se apresentou

como dono da área.

O parlamentar informou que a situação no local é tensa, gerando até mesmos protestos, como o recente fechamento da BR 364, como forma de chamar a atenção das autoridades. “O juiz que expediu esta sentença não conhece certamente a realidade do campo, e que por pior que ele seja jamais daria esta reintegração, para uma área com esta extensa dimensão”, observou.

Colina Verde e Cacaúlândia

Na sequência de seu pronunciamento, Follador cobrou mais atenção da direção do Departamento de Estradas de Rodagem-DER no sentido de aproveitar este período (ainda não chuvoso), para recuperar as estradas. Diz ele ser preciso mais empenho da autarquia para resolver estes problemas de precariedade das estradas estaduais. Ele citou como exemplo, a estrada Colina Verde – Cacaúlândia, hoje totalmente destruída, comprometendo drasticamente o tráfego de veículos. “Agora é a melhor época para recuperar e encascalhar estas rodovias” declarou.

Caerd de Ariquemes

Por último o deputado falou sobre os constantes problemas de fornecimento de água na cidade de Ariquemes, que vem sofrendo com os constantes cortes de abastecimento. Segundo ele as reclamações são constantes.

Follador anunciou a apresentação de um requerimento na ALE, solicitando à presidência da Caerd, para que forneça um relatório referente aos cargos aprovados no Projeto de Lei 299/2016, constando nome do servidor, que cargo ocupa, onde está lotado e o grau de instrução. “É preciso verificar se estas pessoas estão aptas para o desempenho de suas atribuições”, observou.

Fonte: ALE/RO